

## **PROJETO DE LEI Nº 79, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015**

*Autoriza concessão de uso de imóveis públicos para os fins e nas condições que menciona, e dá outras providências.*

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder à concessão de direito real de uso das áreas de terrenos descritas no artigo 2º desta Lei, pelo prazo de 10 (dez) anos, à empresa TORREFAÇÃO WINDSOR DE MINAS GERAIS LTDA - EPP, CNPJ 23.117.146/0001-17, Inscrição Estadual 338028788.00.16, com endereço na Avenida Rua Jacinto Ferreira, nº 121, Vila Tavares, nesta cidade, para fins de construção e instalação em sede própria.

**Art. 2º** Os imóveis objeto da concessão de constituem-se das seguintes áreas:

**I.** um lote de terreno de nº 001, Quadra 010, com área de 4.004,39 m<sup>2</sup> (quatro mil e quatro metros e trinta e nove decímetros quadrados), situado na Rua do Horto, no loteamento denominado Distrito Industrial de Itaúna, apresentando as seguintes medidas e confrontações: 10,00 metros de frente para a referida rua; 116,71 metros pela lateral direita, confrontando com a área verde nº 002; 100,11 metros pela lateral esquerda, confrontando com o módulo 002; e, pelos fundos 70,00 metros, confrontando com a faixa da Cemig; imóvel matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itaúna sob nº 41592, fls. 192, do Livro nº 2-GO;

**II.** um lote de terreno de nº 002, Quadra 010, com área de 1.001,10 m<sup>2</sup> (um mil e um metros e dez decímetros quadrados), situado na Rua do Horto, no loteamento denominado Distrito Industrial de Itaúna, apresentando as seguintes medidas e confrontações: 10,00 metros de frente para a referida rua; 100,11 metros pela lateral direita, confrontando com o módulo nº 001; 100,11 metros pela lateral esquerda, confrontando com o módulo 003; e, pelos fundos 10,00 metros, confrontando com a faixa da Cemig; imóvel matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itaúna sob nº 41593, fls. 193, do Livro nº 2-GO;

**III.** um lote de terreno de nº 003, Quadra 010, com área de 1.000,05 m<sup>2</sup> (um mil metros e cinco decímetros quadrados), situado na Rua do Horto, no loteamento denominado Distrito Industrial de Itaúna, apresentando as seguintes medidas e confrontações: 10,08 metros de frente para a referida rua; 100,11 metros pela lateral direita, confrontando com o módulo nº 002; 99,39 metros pela lateral esquerda, confrontando com o módulo 004; e, pelos fundos 10,00 metros, confrontando com a faixa da Cemig; imóvel matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itaúna sob nº 41594, fls. 194, do Livro nº 2-GO;

**IV.** um lote de terreno de nº 004, Quadra 010, com área de 957,05 m<sup>2</sup> (novecentos e cinquenta e sete metros e cinco decímetros quadrados), situado na Rua do Horto, no loteamento denominado Distrito Industrial de Itaúna, apresentando as seguintes medidas e

confrontações: 18,20 metros de frente para a referida rua; 99,39 metros pela lateral direita, confrontando com o módulo nº 003; 85,61 metros pela lateral esquerda, confrontando com a Rua São João; e, pelos fundos 10,00 metros, confrontando com a faixa da Cemig; imóvel matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itaúna sob nº 41595, fls. 195, do Livro nº 2-GO.

**Art. 3º** A concessão de uso dos imóveis de que trata esta Lei fica vinculada às seguintes condições a serem cumpridas pela empresa beneficiária:

- I.** dedicar-se às atividades constantes do seu contrato social;
- II.** implantar as instalações, transferir sua sede e entrar em atividade nos imóveis concedidos em uso no prazo máximo de 18 (dezoito) meses, contados da data de assinatura do contrato de concessão;
- III.** evitar quaisquer causas de poluição, atendendo a todas as normas da legislação ambiental vigente, inclusive as de licenciamento prévio (L.P.), de instalação (L.I.) e operacional (L.O.), se for o caso;
- IV.** atender às normas e regulamentos legislativos da ANVISA;
- V.** apresentar projeto de construção civil à Gerência de Regulação Urbanística e Fiscalização do Município, para a devida análise e posterior aprovação, antes do início das obras;
- VI.** elaborar Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico e submetê-lo à análise do Corpo de Bombeiros local para aprovação e implantação;
- VII.** recolher os tributos municipais em favor do Município de Itaúna, especialmente o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN incidente sobre suas atividades de prestação de serviços e o IPTU;
- VIII.** declarar o VAF-DAMEF em favor do município de Itaúna;
- IX.** não interromper suas atividades por período superior a 6 (seis) meses nos próximos 10 (dez) anos, salvo por motivo justificado, não podendo, entretanto, ultrapassar 12 (doze) meses de inatividade.

**Parágrafo único** – O não atendimento a quaisquer das condições e prazos previstos neste artigo implicará a extinção da concessão, sem que caiba a concessionária qualquer direito à indenização por benfeitorias e edificações realizadas nos bens do Município.

**Art. 4º** Considerados o interesse público e a conveniência socioeconômica para a Municipalidade, avaliados objetivamente por meio de estudos, projetos e política de desenvolvimento no Município, poderá o Executivo, com as condições expressas nesta Lei e mediante análise da proposta de investimento apresentada pela empresa, proceder à celebração do contrato de concessão, independentemente de licitação.

**Art. 5º** Atendidas as condições estabelecidas no artigo 3º desta Lei e decorridos 10 (dez) anos de atividades da empresa nos imóveis objeto da concessão, poderá o Executivo Municipal outorgar-lhe escritura de doação, observado o parágrafo único do artigo 1º, da Lei 3.498/99, na redação determinada pela Lei nº 3.690, de 18 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre normas de doação de imóvel da Municipalidade, bem como a cláusula de inalienabilidade pelo prazo de 10 (dez) anos contados a partir da escritura definitiva de doação, prevista no inciso VI, do artigo 1º, da Lei nº 3.498/99, com as alterações da Lei nº 4.342/08.

**Art. 6º** Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 4.197, de 27 de abril de 2007 e a Lei nº 4.408, de 29 de setembro de 2009, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itaúna (M), 14 de dezembro de 2015

**OSMANDO PEREIRA DA SILVA**

**Prefeito de Itaúna**

**RENATO CORRADI BECHELAINE**

**Secretário Municipal de Administração**

**OTACÍLIA DE CÁSSIA BARBOSA PARREIRAS**

**Procuradora-Geral do Município**

Itaúna, 14 de dezembro de 2015

**Ofício Nº 419/2015 - Gabinete do Prefeito**  
**Assunto:** Encaminha Projeto de Lei nº 79/2015

Senhor Presidente,

Encaminhamos a V. Exa. o Projeto de Lei que “*Autoriza concessão de uso de imóveis públicos para os fins e nas condições que menciona, e dá outras providências*” para análise, deliberação e aprovação dos i. membros dessa Casa.

Na oportunidade, apresentamos-lhe protestos de apreço e distinta consideração.

***OSMANDO PEREIRA DA SILVA***  
***Prefeito de Itaúna***

**EXMO. SR.**  
**FRANCIS SALDANHA FRANCO**  
**DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**  
**ITAÚNA - MG**

***PROJETO DE LEI Nº 79/2015***

***JUSTIFICATIVA***

Exmos. Srs. Presidente e Vereadores da Câmara Municipal:

Apresentamos a essa Casa o Projeto de Lei que objetiva autorização de V. Exas. para proceder à concessão de direito real de uso de imóveis da municipalidade à empresa TORREFAÇÃO WINDSOR DE MINAS GERAIS LTDA, para fins de construção e instalação em sede própria.

A empresa foi instituída em fevereiro de 1958 e atua nas atividades de torrefação e moagem de café, sendo os produtos do conhecido “Café das Gerais”, vendidos no Estado.

Pretende construir nos imóveis sua sede definitiva e desenvolver todo seu processo produtivo e comercial de torrefação, moagem e embalagem de café, além de desenvolver novos produtos.

A empresa deverá transferir suas atividades para os imóveis no período máximo de dezoito meses.

Com essas justificativas, aguardamos que os Srs. Vereadores votem e aprovem a presente proposição de lei.

Atenciosamente.

**OSMANDO PEREIRA DA SILVA**  
***Prefeito de Itaúna***

## **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

### **RELATÓRIO**

#### **AO PROJETO DE LEI Nº 106/2015**

**Lucimar Nunes Nogueira**

*Relator da Comissão*

Tendo esta Comissão de Justiça e Redação, recebido em data de 16 de Dezembro de 2015, por parte da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Itaúna/MG, a remessa do Projeto de Lei nº 106/2015 que “*Autoriza concessão de uso de imóveis públicos para os fins e nas condições que menciona e dá outras providências.*”, de autoria do Exmo Sr Prefeito Municipal de Itaúna/MG, e tendo sido nomeado para relatar acerca da matéria em voga e ora em apreço, passo a emissão do presente Voto.

Eis o breve relato do necessário.

#### **VOTO DO RELATOR:**

Após as considerações acima elencadas, entendo que o Projeto de Lei nº 106/2015 que “*Autoriza concessão de uso de imóveis públicos para os fins e nas condições que menciona e dá outras providências.*”, de autoria do Exmo Sr Prefeito Municipal de Itaúna/MG, está, em análise preliminar, em condições de admissibilidade.

*Ex positis*, este Relator entende que o mesmo encontra-se dentro da correta Técnica Legislativa, portanto sou pela apreciação da presente proposição pelo Plenário.

Sala das Comissões, em 17 de Dezembro de 2015.

**Lucimar Nunes Nogueira**

**Relator**

Acompanham o voto do Relator os componentes da referida Comissão:

**Nilzon Borges Ferreira**

**Presidente**

**Hélio Machado Rodrigues**

**Membro**

## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO – CFO

Tendo esta comissão recebido o projeto em 17 de Dezembro de 2015, pelo seu vereador Presidente Sr. Giordane Alberto de Carvalho e este Nomeando o Vereador Sr. Leonardo Santos Rosenbug para atuar como Relator para apreciação do **PROJETO DE LEI 106/2015** que "*Autoriza concessão de uso de imóveis públicos para os fins e nas condições que menciona e dá outras providências.*"

### Relatório

O Projeto visa a autorização para proceder à concessão de imóveis descritos no artigo 2º e seus incisos do projeto em tela.

### Voto do Relator

Conforme análise deste Relator, o entendimento é que o projeto supramencionado, o Projeto de Lei 94/2015, está devidamente instruído e dentro das diretrizes do Comissão de Finanças e orçamento – CFO, obedecendo ainda os mais íntegros princípios constitucionais.

RELATOR CFO - LEONARDO SANTOS ROSENBURG – LÉO BALÁ  
Vereador Relator

\_\_\_\_\_  
Membro CFO – Vereador  
Gleison Fernandes Faria

\_\_\_\_\_  
Membro - Presidente CFO – Vereador  
Giordane Alberto